Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

Relatório da Administração 2020: Srs. Acionistas, Apresentamos a seguir relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas da Demonstração do Fluxo de Caixa, a quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., S.A. de capital fechado, foi constituída em 29/12/11 após seus acionistas terem arrematado o Lote H no Leilão 06/11 da ANEEL, ocorrido em 16/12/11. O ano de 2011 foi o de constituição e 2012 o de estruturação. A partir de 2013 foi realizada a implantação do projeto, sendo concluída em 2015. Também em 2015 foi concluída a implantação do reforço autorizado pela ANEEL em 2013 (ReA 4289/13). Ao longo do ano de 2016, com a conexão da Distribuidora CELG-D às subestações Luziânia e Niquelândia, a Sociedade concluiu a fase de implantação do Empreendimento, tendo o ONS emitido os Termos de Liberação Definitivos para ambos projetos (Leilão 06/11 lote H e ReA 4289/13). Também foram finalizados todos os contratos com fornecedores relativos a esses projetos de implantação. Em 2016 foi quitada a dívida de curto prazo contraída junto ao Bank of China Brasil S.A. com recursos parcialmente decorrentes da operação, completados com aporte dos acionistas. Em 2017 o resultado da Cia. foi afetado pelos efeitos da revisão tarifária periódica, ocorrida no ciclo 2017/18, conforme Nota Técnica nº 171/17-SGT/ANEEL e Resolução Homologatória nº 2.258/17, de 20/06/17, sendo identificada uma redução de 6,9% da RAP. Em 2018 o pleito de prorrogação do contrato de concessão da LNT foi deferido pela ANEEL. Dessa forma, o Contrato de Concessão nº 010/12 foi prorrogado por 115 dias ao período original, diante da ausência de culpabilidade pelos atrasos ocorridos no cronograma do empreendimento. Também foi autorizado pela Caixa Econômica, a distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido dos exercícios anteriores. Em 2018 a LNT, de acordo com o mercado e sugestão dos auditores, adotou o procedimento de reconhecer o investimento de acordo com as premissas do pronunciamento 47 do CPC (IFRS 15), esta mudança gerou a alteração do Ativo financeiro para Ativo de contratos com redução do valor contábil, que foi reconhecida no Patrimônio Líquido de 2018. Em 2019 foi realizada uma auditoria dos contratos de Operação e Manutenção, e constatado que os contratados estão realizando todos os procedimentos de forma correta a atender os requisitos exigidos pela ANEEL. Em 2019 a LNT concluiu seu primeiro projeto de P&D, desenvolvido em parceria com outras 3 SPE's do Grupo State Grid, sua acionista majoritária. Este projeto encontra-se devidamente auditado e foi submetido à aprovação da ANEEL. No exercício de 2020 a Cia. adotou os procedimentos previstos no Ofício Circular da CVM/12/2020. O Ofício teve como objetivo equalizar as demonstrações financeiras de todo o mercado de acordo com os segmentos impactados pela adoção do CPC 47 em 2018. E, desta forma, indicou premissas a serem adotadas para que fossem feitos os recalculos dos rendimentos e receitas de construção e Operação e manutenção, com base na Taxa Interna de Retorno projetada na ocasião do leilão, e as variações em função dos valores realizados passaram a ser reconhecidos anualmente e não mais deferidos ao longo de todo o prazo do contrato, como ocorria anteriormente. A adoção das premissas no Ofício da CVM que implicou no recálculo do principal ativo da Cia., o Ativo de Contrato, ocasionou a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras do exercício de 2020. Considerando a relevância dos valores ajustados, os valores foram registrados ao longo do exercício. Em regra geral, as premissas adotadas conforme o Ofício, vieram a recompor o saldo do Ativo de Contrato que foi severamente reduzido em 2018 quando da adoção do CPC 47. Este fato ocorreu devido a falta de domínio à época, por parte do mercado em geral, e a adoção das melhores premissas que se apresentavam. Na ocasião os rendimentos foram ajustados de acordo com a taxa da NTN-B do Governo, e atualmente se concluiu que o Ativo de contrato deveria gerar renda considerando a TIR projetada na ocasião do leilão e ajustadas anualmente em função de variações expressivas. Esta nova forma de registro do Ativo de contrato gerou o ajuste que recomps o saldo do Ativo de contrato e consequentemente os resultados acumulados da Cia. Todos os ajustes estão refletidos nas Demonstrações financeiras e foram objeto de auditoria por auditor independente com registro na CVM. Desde a sua constituição a LNT se mantém saudável financeiramente, obtendo o lucro previsto em leilão e distribuindo dividendos aos acionistas desde o ano de 2016. E dentre as suas vantagens, a LNT não possui passivos judiciais de nenhuma natureza e vem cumprindo o seu compromisso com o meio ambiente na totalidade, atendendo 100% das condicionantes de suas licenças de operação. Agradecemos: Registramos nossos agradecimentos aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradores, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão como Concessionária de Serviços Públicos. Rio de Janeiro, 24/02/2021. **Jorge Raul Bauer** - Diretor Presidente e Técnico; **João Cursino Neto** - Diretor Administrativo e Financeiro.

Balanco Patrimonial em 31/12/2020 e 2019 (Em MR\$)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios Fintos em 31/12/2020 e 2019 (Em MR\$)			Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Fintos em 31/12/2020 e 2019 (Em MR\$)		
	Notas	2020	2019	Notas	2020	2019	2020	2019
Ativo		105.332	106.003		13	16.845	18.029	
Circulante		22.129	17.859					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.139	6.281					
Contas a receber	7	2.088	1.771		(2.024)	(1.943)		13.333
Impostos a recuperar	8	442	516		(33)	109		
Ativo de contrato	9	13.198	8.923		14.788	16.195		(25.258)
Outros ativos circulantes		262	368					
Não Circulante		83.203	88.144					
Ativo de contrato	9	83.173	88.144					
Imobilizado líquido		30	-					
Passivo e Patrimônio Líquido		105.332	106.003					
Circulante		7.467	7.294					
Fornecedores		103	20					
Empréstimos	10	3.445	3.447					
Salários e encargos		65	44					
Impostos e contribuições sociais		442	374					
Encargos setoriais		372	402					
Dividendos a pagar	12.e	3.038	3.005					
Outros passivos circulantes		2	2					
Não Circulante		21.017	24.615					
Empréstimos	10	19.313	22.775					
IR e contribuição social diferidos	11	1.704	1.840					
Patrimônio Líquido		76.848	74.094					
Capital social	12.a	33.305	33.305					
Reserva Legal	12.b	3.154	2.514					
Reserva de retenção de lucros	12.c	40.389	38.275					

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2020 (Em MR\$)
1. Contexto operacional. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. ("Cia." ou "LNT"), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 29/03/11 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11 andar - Sala 1101 Parte, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **Da concessão.** A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/11, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 16/03/11. Lote H está composto pelas seguintes instalações no Estado de Goiás: a) - SE 231/69 kV Niquelândia, (3+1) x 10 Mva; e b) - SE 500/138 kV Luziânia, (3+1) x 75 Mva. **INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO** composta pelas Subestação Niquelândia, com transformação 231/69 kV - (3+1) x 10 Mva, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV - (3+1) x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Cia. foi autorizada a iniciar a operação da SE Luziânia em 09/06/14, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19/07/14, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12/08/15. Além da Resolução Autorizativa nº 4.289, em vigor a partir de 28.08.2013, a concessão foi acrescida das seguintes instalações no Estado de Goiás: Instalações de transmissão, na subestação Luziânia, compostas de: uma segunda transformação 500/138 kV - 3 x 75 Mva, respectivas conexões de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A instalação adicional teve sua entrada em operação no dia 09/11/15. 2. De acordo com o Contrato de Concessão nº 010/12, assinado em 10/05/12, o prazo do serviço público de transmissão da Cia. é de trinta anos, a contar da data da assinatura. **2. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 26 (R1), e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as do CPC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08/02/2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Uso de estimativas e julgamentos.** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.3. Ativo de contrato e remuneração do ativo de contrato. a) Ativo de contrato.** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implantação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Cia. opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo de contrato das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Esses recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo de contrato, por ter direito à contraprestação ainda condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **b) Remuneração do ativo de contrato.** A taxa aplicada ao ativo de contrato é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Cia. para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A Cia. utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo de contrato referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Cia. na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Cia. como o valor residual contábil no término da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Cia. tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **2.4 Receita de operação e manutenção.** As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão. **2.5 Avaliação de instrumentos financeiros.** A Cia. faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 15 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Cia. na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **2.6 Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cia. se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **a) Ativos financeiros não derivativos.** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cia. são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável, e contas a receber. **b) Passivos financeiros não derivativos.**

Demonstrações do Resultado Abrangente dos Exercícios Fintos em 31/12/2020 e 2019 (Em MR\$)		
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	12.792	12.654
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	12.792	12.654

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR\$)					
	Capital Social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/18	33.305	1.881	36.259	-	71.445
Lucro do exercício	-	-	-	12.654	12.654
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	(7.000)	(7.000)	-
Reserva legal	-	633	-	(633)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.005)	(3.005)
Retenção de lucros	-	-	9.016	(9.016)	-
Saldos em 31/12/2019	33.305	2.514	38.275	-	74.094
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(7.000)	(7.000)	-
Lucro do exercício	-	-	-	12.792	12.792
Reserva legal	-	640	-	(640)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.038)	(3.038)
Retenção de lucros	-	-	9.114	(9.114)	-
Saldos em 31/12/2020	33.305	3.154	40.389	-	76.848

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Cia. são: fornecedores, empréstimos e demais contas a pagar. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecido pelo seu custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Cia., cujos valores são reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Cia. transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa do ativo, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou b) a Cia. não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **d) Ativos e passivos financeiros derivativos.** A Cia. não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **2.7 Impostos, contribuições e tributos.** Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de LP e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Cia. constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cia. **3. Mudanças nas principais políticas contábeis. 3.1. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Cia. pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8 - Definição de Omissão Material.** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuramento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Cia. **4. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos que estão pelo valor justo. **5. Principais políticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas pela Cia. para a apresentação de suas demonstrações financeiras em 31/12/2020 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2019. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. **5.1. Apuração do resultado.** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos significativos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **5.2. Receita operacional.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **5.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **5.4. Contas a receber.** Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos semelhantes. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. O faturamento apurado com base no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), associada à distribuidora CELG Distribuição S.A., foi celebrado em 20/02/14, com vigência a partir da data da disponibilização para entrada em operação das referidas instalações (19/07/14), até a extinção da concessão de uma das partes, cuja responsabilidade pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no sistema interligado nacional, é a ONS. **5.5 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.** A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A PECLD será constituída com base em análise dos riscos de realização e reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração da

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Fintos em 31/12/2020 e 2019 (Em MR\$)		
	2020	2019
Receita	18.193	19.302
Insunsumos Adquiridos de Terceiros		
Serviços	(273)	(346)
Operacao e manutencao - O&M	(2.024)	(1.943)
Outros custos	(33)	-
Valor Adicionado Bruto	15.863	17.013
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	194	511
Valor Adicionado Total a Distribuir	16.057	17.524
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	585	625
Remuneracao direta	542	576
Benefícios	31	30
FGTS	12	19
Tributos	1.214	1.615
Federais	1.204	1.605
Municipais	10	10
Remuneracao de capital de terceiros	1.466	2.630
Arrendamentos e aluguéis	79	73
Juros	807	1.742
Seguros	81	85
Outros	499	730
Remuneracao de capital próprio: Lucro líquido do exercício	12.792	12.654
Total	16.057	17.524

Cia. para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. **5.6 Depreciação.** A depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos ativos imobilizados, e são feitos testes periódicos de recuperação dos ativos. **5.7. Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **5.8. IR e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL).** A Cia. optou pela tributação do lucro presumido, cuja base de cálculo do IR e da contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, sobre os ganhos de capital e demais receitas. **5.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **5.10. Demonstrações dos fluxos de caixa.** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **5.11. Demonstrações dos valores adicionados.** A demonstração dos valores adicionados foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 (R2) - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **5.12. Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço (vide Nota 10).

Caixa e equivalentes de caixa		
	2020	2019
Bancos conta movimento	775	60
Aplicação financeira - BB CDB	563	1.370
Aplicação financeira - CDB C.E.F.	3.848	2.133
Aplicação financeira - Fundo de Investimento C.E.F.	728	2.335
Contas a receber	225	383
Total	6.139	6.281

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro, as aplicações financeiras referentes ao Certificado de Depósito Bancário - CDB - da Caixa Econômica Federal, foram remuneradas às taxas de 94% a 98,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Já a aplicação financeira referente ao BB Compromissada e ao BB CDB, foram remuneradas à taxa de 94% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, enquanto que o Fundo de Investimento da Caixa Econômica Federal está remunerado à taxa de 1,68% a.a. **7. Contas a receber.** A composição do saldo de contas a receber apresenta o seguinte perfil:

	2020	2019
Contrato de conexão Celg - SE Luziânia	253	212
Contrato de conexão Celg - SE Niquelândia	199	166
Disponibilidade da rede elétrica - AVC	1.636	1.393
Total	2.088	1.771

8. Impostos a

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 31 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 13,30% a.a. e 15,50% a.a..

	2020	2019
Ativo de contrato		
Serviços de construção	165.513	137.458
Amortização	(69.142)	(40.391)
Total líquido	96.371	97.067
Segregação entre Curto e LP	2020	2019
Circulante	13.198	8.923
Não circulante	83.173	88.144
Total	96.371	97.067

10. Empréstimos. Empréstimo Caixa Econômica Federal. Em 31/03/13, a empresa celebrou o contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$32.590 (Trinta e dois milhões e quinhentos e noventa mil reais), conforme aprovado em 10/03/13. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de dois subcréditos: a) Subcrédito FINISA/Infraestrutura – no valor de R\$17.090, destinado a investimento em obras e serviços com recursos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA. A taxa de juros é de 118% do CDI ao ano, sobre o valor principal da dívida e possui período de carência de amortização do principal até o mês/03/16. b) Subcrédito FINISA/Equipamentos – no valor de R\$15.500, destinado a investimento em máquinas e equipamentos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA. A taxa de juros é de 3,5% ao ano, apurados sobre o saldo devedor, e seu período de carência se estendeu até o mês/03/14. Como garantia do financiamento, a Cia. assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão. Em 31/12/2020, o saldo atualizado da dívida é de R\$ 22.758 (R\$ 26.222, em 31/12/2019).

	Juros Apro-riados	Amor-tização	Amor-tização do Empréstimo	2020
CEF Subcrédito Infraestrutura	20.212	630	(649)	(1.442) 18.751
CEF Subcrédito Equipamentos	6.010	175	(178)	(2.000) 4.007
Total	26.222	805	(827)	(3.442) 22.758

	Juros Apro-riados	Amor-tização	Amor-tização do Empréstimo	2019
CEF Subcrédito Infraestrutura	21.671	1.489	(1.506)	(1.442) 20.212
CEF Subcrédito Equipamentos	8.013	251	(254)	(2.000) 6.010
Total	29.684	1.740	(1.760)	(3.442) 26.222

	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
CEF Subcrédito Infraestrutura	1.442	17.310	18.752
CEF Subcrédito Equipamentos	2.003	2.003	4.006
Total	3.445	19.313	22.758

Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece *covenants* financeiros e obrigações a serem observados pela Cia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas a seguir: a) Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do Contrato, bem como não vender ou alienar os bens financiados sem autorização expressa da Caixa Econômica Federal; b) Sem prévia autorização da Caixa, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido do exercício anterior; c) Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressalvados os AFAC's durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu Capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência da Caixa; d) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização deste Contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, a ser apresentado anualmente com base em relatório próprio e nas Demonstrações financeiras anuais da Beneficiária; e) Manter, permanentemente, o capital social subscrito e integralizado na proporção mínima de 20% do total dos investimentos realizados no Projeto; f) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na "Conta reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas; g) Manter o Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) anual em uma relação mínima de 1,20, na fase de amortização, calculado conforme metodologia constante no contrato. **11. IR e contribuição social diferidos.** Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de IR e contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cia. nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR diferido foi apurado sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais pela alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a CSLL está constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidos pelo regime de competência. O IR e contribuição social diferidos da Cia. é composto como segue:

Descrição	Base de cálculo - 8%		IR - 25%		Base de cálculo - 12%		CSLL - 9%		Total
	cálculo	-	cálculo	-	cálculo	-	cálculo	-	
Saldo em 31/12/18	-	-	912	-	-	-	504	1.416	
Base de cálculo - 2019	1.189	-	-	1.784	-	-	-	-	
Adições	-	273	-	-	-	161	434	-	
Amortização	-	(2)	-	-	-	(8)	(10)	-	
Saldo em 31/12/2019	-	-	1.183	-	-	-	657	1.840	
Base de cálculo - 2020	(392)	-	-	(422)	-	-	-	-	
Adições	-	489	-	-	-	303	792	-	
Amortização	-	(587)	-	-	-	(341)	(928)	-	
Saldo em 31/12/2020	-	-	1.085	-	-	-	619	1.704	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos. Auditoria do período anterior.** As demonstrações financeiras da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. para o exercício findo em 31/12/2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24/01/2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Demonstrações do valor adicionado.** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia.,

12. Patrimônio líquido. a) Capital social. Em 31/12/2020, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$33.305, dividido em 33.305.000 ações ON subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Cia. é como se segue: State Grid Brazil Holding S.A. R\$ 16.986 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. R\$ 16.319 **R\$ 33.305**

b) Reserva legal. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das S.A..

c) Dividendos. Em 31/12/2020, os dividendos mínimos obrigatórios foram constituídos conforme demonstrado abaixo:

Lucro líquido do exercício		12.792
Reserva legal	5%	(640)
Base de cálculo		12.152
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	3.038

Em 29/05/2020, foi realizada a reunião do Conselho de Administração para a distribuição de 25% dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, e a distribuição dos dividendos acima de 25% do lucro líquido de exercícios anteriores, autorizado pela Caixa Econômica Federal, através do Ofício Nº 3658/18/GIGORVJ, de 27/12/18. A Cia. distribuiu os dividendos da seguinte forma: • Dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019: R\$3.005, em 29/05/2020, sendo R\$ 0,0902 para cada ação; • Distribuição dos dividendos acima de 25% do lucro líquido de exercícios anteriores: R\$ 2.240 em outubro de 2020, sendo R\$ 0,0673 para cada ação, respectivamente; • Distribuição dos dividendos acima de 25% do lucro líquido de exercícios anteriores: R\$ 2.240 em dezembro de 2020, sendo R\$ 0,0673 para cada ação, respectivamente; **e) Reserva de retenção de lucros.** Foram constituídas reservas para atender as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Cia. mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acumulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista. Os administradores da Cia. irão propor em Assembleia Geral a destinação das reservas em observância ao Art. 199 da Lei 6.404/76. Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2020, nos termos da Lei e Estatuto Social, o saldo das reservas de retenção de lucros excedeu o saldo do capital social, motivo pelo qual, com base no Art. 199 da Lei 6.404/76 será deliberada pelos acionistas na referida Assembleia sua destinação.

	2020	2019
Receita Operacional Bruta		
Receita de Operação e Manutenção	(9.862)	4.438
Receita de construção	2.797	-
Recebimentos sobre ativos de contrato	25.258	14.864

	2020	2019
Deduções da receita operacional Pis	(118)	(108)
Cofins	(545)	(501)
Encargos do consumidor	(685)	(664)
Receita operacional líquida	16.845	18.029

	2020	2019
14. Resultado financeiro	2020	2019
Receitas Financeiras	194	511
Receitas de aplicações financeiras	181	408
Outras receitas financeiras	13	103
Despesas Financeiras	(822)	(1.798)
Juros e multas	(2)	(2)
Juros sobre empréstimos	(805)	(1.740)
Outras despesas financeiras	(15)	(56)
RESULTADO FINANCEIRO	(628)	(1.287)

15. Partes relacionadas. A Cia. apresentou as seguintes operações com partes relacionadas: **15.1 Remuneração de administradores.** Em 31/12/2020, a remuneração dos Administradores foi de R\$ 199 (R\$ 255 em 31/12/2019).

	Partes relacionadas	Natureza da operação	2020	2019
15.2 Operações comerciais			14	10

Furnas Centrais Elétricas S.A.	Empresa ligada	Contas receber - Serv. Transm.	10	10
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Empresa ligada	Contas receber - CCI	4	-

	Resultado	Despesas	2020	2019
State Grid Brazil Holding - Aluguel	Acionista	Aluguel	(79)	(134)
Furnas Centrais Elétricas	Empresa ligada	CCI	(94)	(53)
Furnas Centrais Elétricas	Empresa ligada	O&M	(400)	(427)
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica S.A.	Empresa ligada	O&M	(1.166)	(1.066)
Serra da Mesa Transmissão de Energia Elétrica S.A.	Empresa ligada	CCI	(161)	(101)
Receitas			166	124
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Empresa ligada	Faturamento	125	124
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Empresa ligada	CCI	41	-

16. Instrumentos financeiros

	2020		2019	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Ativos financeiros			6.139	6.281
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	6.139	6.281
Contas a receber	2.088	-	2.088	1.771
Impostos a recuperar	442	-	442	516
Outros ativos	262	-	262	153
	2.792	6.139	8.932	8.271

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Cia. em 31/12/2020 são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrados a seguir:

apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

	2020	2019
Passivos financeiros		
Empréstimos	22.758	26.222
Salários e encargos	65	44
Impostos e contribuições sociais	442	374
Encargos setoriais	372	402
Outros passivos	105	22
	23.742	27.064

16.2 Classificações contábeis e valores justos. No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários. Ativo de contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. Empréstimos e financiamentos - a Cia. considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **Hierarquia do valor justo.** • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Cia. a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. **Gerenciamento do capital.** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Cia. define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **16.3 Gestão de risco.** As operações financeiras da Cia. são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: **a) Riscos de mercado.** A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **Riscos ambientais.** As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Cia. retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Cia. procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **16.4 Avaliação dos instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **17. Efeitos da pandemia do COVID-19.** Desde o final/02/2020, o mundo vem passando pelo surto da doença chamada COVID-19 (Corona vírus), classificada como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS. No Brasil, ações governamentais foram necessárias para conter sua disseminação emitir impactos negativos na economia. Tais medidas, refletiram positivamente no Mercado de Energia, neutralizou impactos nos negócios da Cia. e, consequentemente, nas suas demonstrações financeiras. Ao longo do ano de 2020, a Cia. tomou todas as providências e medidas preventivas para evitar efeitos relevantes e impactos em suas demonstrações financeiras, e na continuidade dos negócios. Neste sentido, implementou o trabalho em sistema *Home Office* para seus funcionários, como forma de preservar a saúde e risco de contágio de sua equipe. A Cia. segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos. Com o advento da vacina, a Cia. entende que em breve poderá retornar às suas atividades normais. Entretanto, mantem-se atenta e continuará avaliando a evolução do processo de vacinação em massa, os impactos positivos que poderão trazer para a economia e seus reflexos na nossa atividade.

Diretor Presidente e Técnico – Jorge Raul Bauer
Diretor Administrativo e Financeiro – João Cursino Neto
Contador – Ronaldo Borges de Andrade

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24/02/2021. Atenciosamente, **Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes - CRC-RJ 005.333/O-0; Claudio Henrique Damasceno Reis - Contador - CRC-SC 024.494/O-1.**

Para atrair consumidoras operadoras investem em plataformas de streaming

Segundo o Portal de Planos, especializado em telecomunicações, o interesse dos consumidores pelos serviços de TV por assinatura convencionais vem caindo, já que no último ano, TV Box e streaming foram os termos mais procurados tanto no portal quanto em sites de busca.

Com a opção de diversas novas plataformas de streaming como Disney+ e Paramount+, além dos já tradicionais Netflix ou Amazon Prime e do aumento de aparelhos de TV Box no mercado, as em-

presas tradicionais, para acompanhar a tendência, começaram a incluir em seus pacotes serviços relacionados ao streaming ou mesmo assinaturas vinculadas aos planos de TV tradicional e internet.

Todas as operadoras, por exemplo, oferecem em seus combos assinaturas de streaming já inclusas, como Vivo Play, Claro NOW e Oi Play. No entanto, somente a Claro oferece, tanto nos planos de internet quanto de TV por assinatura, a possibilidade de contratar Netflix ou Looke, de forma avulsa ou inclusa no pacote, além

de oferecer acesso grátis ao Claro Vídeo e NOW em todos os planos. Por outro lado, a Vivo oferece aos clientes a opção de assinaturas da Netflix ou Disney+ inclusas em seus planos Vivo Selfie e Internet Fibra, mas não nos pacotes de TV.

Na TIM, que não possui um serviço de TV por assinatura, o consumidor tem a possibilidade de assinar Netflix, HBO Go e YouTube Premium sem custo adicional no plano de celular TIM Black Família, e tem acesso gratuito à plataforma Looke no plano de internet Tim Live.

Já a Oi, em seus planos de celular, oferece a opção de assistir a Netflix sem descontar da franquia de internet, porém, nos planos de TV disponibiliza somente a opção de acesso ao Oi Play, plataforma de streaming da operadora.

Outra tendência de mercado que desperta interesse nos consumidores e já começa a ser ofertada pelas empresas são os aparelhos de TV BOX, como o Streaming Box da Oi e o Box TV da Claro, que oferecem acesso aos conteúdos de streaming junto com alguns combos de TV da operadora.

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.
CNPJ:14.863.121/0001-71
Convocação Assembleia Geral Ordinária
Convidam-se os senhores acionistas da Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. a se reunirem em assembleia geral ordinária, a realizar-se de forma virtual, no dia 27 de abril de 2021, às 14:30 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Relatório de Administração e Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31.12.2020; 2. Apreciação da destinação do resultado do exercício; 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, titular e suplente; 5. Aprovação de uma verba global e anual dos administradores referentes ao período de 2021.

REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/ME nº 13.349.677/0001-81 - NIRE 33300303677
EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª EMISSÃO EM SÉRIE ÚNICA DA REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A. A REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IM